

Estado para 2017, continua a ser abonada como Professora Auxiliar no escalão 1, índice 195. O presente contrato de trabalho em funções públicas produz todos os seus efeitos à data da publicação no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

11 de abril de 2017. — A Diretora Executiva, *Lic.ª Carminda Pequito Cardoso*.

310441712

Instituto Superior Técnico

Despacho n.º 4053/2017

No exercício da competência que me é atribuída pela alínea x) do n.º 10 do art. 13 dos Estatutos do IST, aprovo o regulamento do Concurso de Apoio ao Desenvolvimento de Ideias Inovadoras do Instituto Superior Técnico (TecInnov), publicado em anexo ao presente despacho e dele faz parte integrante.

Atento o disposto no artigo 139 do CPA, publique-se o presente despacho na 2.ª série do *Diário da República* e no sítio institucional do Instituto Superior Técnico na *internet*.

Uma vez que não é aplicável ao regulamento em anexo a previsão normativa constante do n.º 1 do artigo 141 do CPA, e tendo em conta a urgência em se lançarem os concursos nele previstos, a data da sua entrada em vigor do regulamento em anexo coincide, nos termos do artigo 140 do CPA, com a da aprovação deste despacho.

9 de março de 2017. — O Presidente do Instituto Superior Técnico, *Armando Manuel Lime de Oliveira*.

ANEXO

Regulamento do Concurso de Apoio ao Desenvolvimento de Ideias Inovadoras do Instituto Superior Técnico (TecInnov)

Preâmbulo

As Instituições de Ensino Superior têm um crescente e determinante papel na economia do conhecimento e na preparação de recursos humanos capazes de enfrentar os desafios da competitividade à escala mundial.

O Técnico tem vindo a desenvolver uma estratégia de promoção da criação de valor junto de toda a sua comunidade académica, apostando na inovação e empreendedorismo enquanto catalisadores da transferência de tecnologia e potenciando a valorização económica da reconhecida qualidade da investigação e da formação que oferece.

Os alunos, investigadores e docentes serão os principais intervenientes num processo gerador de riqueza, na medida em que o conhecimento e as competências adquiridas ao longo do seu percurso no Técnico são uma mais-valia, e por isso têm vindo a ocupar um espaço de destaque num mercado cada vez mais global e competitivo.

Neste contexto, e tendo presente a importância de criar um enquadramento para a atribuição de incentivos à inovação, foi criado o presente regulamento para a concessão de apoios ao desenvolvimento de ideias inovadoras do Instituto Superior Técnico (Técnico).

Artigo 1.º

Objeto e âmbito

O presente regulamento define os termos em que o Conselho de Gestão do Instituto Superior Técnico (Técnico) concede apoios, de natureza financeira ou outra, destinados a apoiar projetos de inovação que visem dar respostas a problemas claramente identificados para os quais se pretende aplicar uma solução de base tecnológica com um modelo de negócio sustentável. Cada projeto terá associada uma equipa constituída maioritariamente por membros da comunidade académica do Técnico que inclui os seus estudantes, investigadores e docentes.

Artigo 2.º

Elegibilidade

Podem candidatar-se aos apoios a que se refere o presente regulamento equipas constituídas maioritariamente por membros da comunidade académica do Técnico (estudantes, docentes e investigadores do Técnico) no período de candidatura definido no respetivo edital.

Artigo 3.º

Apresentação de candidatura

Cada equipa candidata só poderá apresentar uma candidatura em cada concurso e deverá cumprir os seguintes requisitos:

1 — Preencher e assinar a ficha de candidatura disponível em <http://tt.tecnico.ulisboa.pt/> (mais informações a disponibilizar nos editais de divul-

gação, prevendo-se no mínimo, sempre dependente dos recursos disponíveis, uma *call* anual), que deverá ser enviada por via eletrónica para pe@tecnico.ulisboa.pt ou entregue em mão na Área de Transferência de Tecnologia.

2 — As candidaturas devem contemplar um resumo, a descrição do problema e do seu valor, a descrição da solução e do seu custo previsto, a inovação introduzida e vantagem económica, a descrição da prova de conceito ou dos passos no processo de inovação que se pretende realizar, a métrica de sucesso no final do projeto, um orçamento com pormenorização das despesas previstas e para as quais solicitam apoio, e um cronograma de atividades para a sua implementação.

3 — Na candidatura deverá também constar a identificação de cada membro da equipa, das suas competências relevantes para o projeto e de outros projetos de inovação, em curso ou em candidatura, em que esteja envolvido.

4 — A candidatura poderá ainda apresentar uma lista de nomes de conselheiros científicos ou tecnológicos ou de mentores de negócios que, não pertencendo à equipa do projeto, se dispõem a apoiar a mesma, indicando as suas competências relevantes para o projeto.

5 — Sempre que solicitado, os candidatos devem disponibilizar informação e documentação complementar, ficando a análise e decisão do pedido de apoio condicionados à entrega da informação e da documentação solicitada.

6 — As candidaturas devem ser apresentadas dentro dos prazos estabelecidos nos respetivos editais.

7 — Os pedidos são instruídos pelo Núcleo de Parcerias Empresariais da Área de Transferência de Tecnologia do Técnico, que os remete para análise e decisão do júri, após a qual será elaborada uma ata com os resultados.

Artigo 4.º

Crítérios de atribuição dos apoios

1 — Os projetos são avaliados genericamente de acordo com os seguintes critérios:

- Competência e adequação da equipa
- Exequibilidade do projeto e grau de inovação
- Potencial económico e grau de robustez do modelo de negócio
- Estado de desenvolvimento da tecnologia e “time-to-market”
- Apoio financeiro solicitado e disponibilidade orçamental

2 — Cada edital de abertura de um concurso poderá explicitar critérios ou restrições adicionais relativos à composição da equipa, domínios de aplicação da inovação, mercado, etc.

3 — Em caso de igualdade de pontuação, é dada preferência a projetos multidisciplinares.

4 — As ideias pré-selecionadas serão apresentadas, em formato *pitch*, ao júri do concurso, sendo às aprovadas dadas condições para o apoio financeiro ao projeto de inovação.

5 — As provas de conceito poderão ser teóricas, práticas ou maquetes, suficientemente sólidas de modo a suportar a exequibilidade do conceito proposto e deverão ser preparadas durante um período máximo de 4 meses.

6 — Serão aprovados tantos projetos quantos os que se enquadrem no valor do orçamento disponível.

7 — Os apoios a conceder destinam-se a suportar parte das atividades do projeto, que serão devidamente especificadas quando da comunicação do apoio, cabendo ao beneficiário repor, na totalidade ou em parte, o apoio financeiro concedido caso não logre realizar, nas condições especificadas, as atividades apoiadas pelo Instituto.

Artigo 5.º

Notificação

Após despacho do Presidente, ouvido o Conselho de Gestão do Técnico, sobre a ata dos resultados, as notificações a que haja lugar são realizadas pelo Núcleo de Parcerias Empresariais da Área de Transferência de Tecnologia do Técnico, por via eletrónica e através da página de internet da Área de Transferência de Tecnologia, notificando o resultado da avaliação do projeto e, no caso de aprovação, o valor da verba atribuída.

Artigo 6.º

Menção do apoio

Os projetos a que sejam atribuídos apoios ficam obrigados a usar o logótipo do Técnico e, caso se aplique, da(s) entidade(s) envolvida(s) na atribuição dos apoios, de modo público e visível.

Artigo 7.º

Relatório final

1 — Os responsáveis pelas atividades aprovadas para financiamento ficam obrigados a enviar ao Núcleo de Parcerias Empresariais da Área

de Transferência de Tecnologia do Técnico, no prazo de 30 dias após o termo da atividade, um relatório sobre a forma como a ação decorreu e como foi utilizado o apoio recebido, incorrendo o beneficiário do apoio financeiro no dever de o repor, caso não apresente atempadamente o atrás mencionado relatório ou ele evidencie, na análise a que se refere o ponto seguinte, que as atividades apoiadas não foram realizadas nas condições inicialmente previstas.

2 — O Núcleo de Parcerias Empresariais da Área de Transferência de Tecnologia do Técnico deve proceder à análise do relatório e remetê-lo ao Presidente do Técnico com o seu parecer.

Artigo 8.º

Prazos, júri, valores dos apoios e divulgação

1 — As áreas temáticas, os prazos, a constituição do júri, e os valores dos apoios a atribuir em cada edição do concurso serão determinados por despacho do Presidente, ouvido o Conselho de Gestão do Técnico, verificando-se a existência de suporte para os apoios financeiros a conceder em donativos que o Instituto tenha ou venha a receber e que possa alocar a essa finalidade.

2 — A divulgação de cada edição do concurso previsto no presente regulamento será realizada através da página de internet do Técnico e da Área de Transferência de Tecnologia e outros meios considerados adequados.

Artigo 9.º

Confidencialidade

Os membros designados para o júri de cada edição obriga-se expressamente a:

a) Manter em absoluta e total confidencialidade toda e qualquer informação recebida no âmbito do concurso e que por esta seja classificada como confidencial;

b) Abster-se de copiar, revelar, fazer uso ou de dar às informações confidenciais um tratamento diferente do propósito para o qual foram reveladas.

Artigo 10.º

Alterações e Omissões

1 — As omissões ao presente Regulamento serão analisadas pelo Conselho de Gestão do Técnico.

2 — Qualquer alteração ao presente Regulamento somente será válida se reduzida a escrito e assinada pelo Presidente do Técnico, com menção expressa dos artigos eliminados, alterados ou aditados.

310441129

Despacho n.º 4054/2017

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho e no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, decido:

1 — Autorizar a assunção dos encargos decorrentes da execução dos Contratos abaixo referidos, que envolvem despesa em anos económicos diferentes, a partir desta data:

Contrato n.º 07/NGAC/2017 pelo montante máximo de € 225.399,60, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a seguinte repartição: ano de 2017 — € 93.916,50 a que acresce o IVA.; ano de 2018 — € 112.699,80 a que acresce o IVA e, ano de 2019 — € 18.783,30 a que acresce o IVA;

2 — O montante fixado em cada ano pode ser acrescido do saldo apurado no ano que antecede.

3 — Os encargos emergentes dos referidos contratos são suportados por receitas próprias e ou receitas provenientes de cofinanciamento comunitário do Instituto Superior Técnico, inscritas e a inscrever no seu orçamento.

4 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

11 de abril de 2017. — O Presidente do Instituto Superior Técnico, *Arlindo Manuel Lime de Oliveira*.

310438854

UNIVERSIDADE DA MADEIRA

Aviso (extrato) n.º 5226/2017

Por deliberação do Conselho de Gestão da Universidade da Madeira datada de 16/03/2017, foram autorizadas as celebrações de contrato de

trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para a Escola Superior de Tecnologias e Gestão, a seguinte docente:

Maria Cristina Ornelas Oliveira, como Assistente Convitado em regime de tempo parcial (20 %), a partir de 17 de março de 2017 e termo a 15 de julho de 2017, com a remuneração correspondente ao primeiro escalão, entre o nível remuneratório 36 e 37, da tabela única aplicada aos docentes do politécnico.

3 de abril de 2017. — O Reitor, *Professor Doutor José Carmo*.

310439575

Aviso (extrato) n.º 5227/2017

Por despacho do Reitor da Universidade da Madeira, Professor Doutor José Manuel Cunha Leal Molarinho Carmo, datado de 22/03/2017, foi autorizada a suspensão da licença sabática para o 2.º semestre do ano letivo 2016/2017, da Doutora Ana Isabel Ferreira da Silva Moniz, Professora Auxiliária, da Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira.

5 de abril de 2017. — O Reitor, *Professor Doutor José Carmo*.

310439315

Aviso (extrato) n.º 5228/2017

Para efeitos do disposto na alínea c) do no n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Lei Geral do Trabalhador em Funções Públicas, e por despacho datado de 16 de março de 2017 do Reitor da Universidade da Madeira, Professor Doutor José Carmo, foi homologada a avaliação final do período experimental do trabalhador Sandro Nélson Sousa Vasconcelos, o qual foi concluído com sucesso, na carreira e na categoria de Técnico Superior, de acordo com o processo de avaliação, elaborado nos termos do disposto no artigo 46.º da Lei supra referida, tendo-lhe sido atribuída a classificação final de 16 valores.

18 de abril de 2017. — O Reitor, *Professor Doutor José Carmo*.

310439486

Aviso (extrato) n.º 5229/2017

Por despacho do Reitor da Universidade da Madeira, Professor Doutor José Manuel Cunha Leal Molarinho Carmo, datado de 12 de abril de 2017, e nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2017, foi autorizada a prorrogação da mobilidade interna na categoria até 30 de junho de 2017, da Técnica Superior Carla Maria Cró Abreu, para os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico do Porto (SAS).

19 de abril de 2017. — O Reitor, *Professor Doutor José Carmo*.

310441218

UNIVERSIDADE DO MINHO

Reitoria

Despacho n.º 4055/2017

Ao abrigo do disposto no artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo e nos termos do Despacho RT-92/2013, de 20 de dezembro de 2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 24 de janeiro de 2014, subdelego no Professor Doutor João Luís Marques Pereira Monteiro, Professor Catedrático e Presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, a competência para presidir aos júris dos seguintes concursos, abertos no âmbito do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, e do “Regulamento dos Concursos para Recrutamento de Professores da Carreira Docente Universitária na Universidade do Minho”, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 232, de 30 de novembro de 2010:

Concurso documental, de âmbito internacional, para recrutamento de um posto de trabalho de Professor Catedrático na área disciplinar de Engenharia de Sistemas e de Processos Industriais, a que alude o Edital n.º 123/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 48, de 8 de março de 2017;

Concurso documental, de âmbito internacional, para recrutamento de um posto de trabalho de Professor Associado na área disciplinar de Gestão Industrial e da Tecnologia, a que alude o Edital n.º 122/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 48, de 8 de março de 2017;

Concurso documental, de âmbito internacional, para recrutamento de dois postos de trabalho de Professor Associado na área disciplinar de